Ata da 30ª Reunião Ordinária do 2º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no trigésimo dia do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Reuniu-se os vereadores, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann, secretariada pelo primeiro-secretário, Vereador Jairson Sabino. Presente à totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a Sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal n°s 223, 224, 225, 226 e 227 de 2022. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Requerimento de Informação nº 027 de 2022 – Autor: Hélio Alves - Ao Executivo Municipal, com cópia a Secretaria Municipal de Planejamento, requerendo informações sobre a pavimentação da Estrada Dona Francisca. Com a palavra o autor do requerimento vereador Hélio Alves. Ressaltou que o pedido de informação de sua autoria se refere a pavimentação da rua Dona Francisca, localizada no bairro Bela Aliança. Pede explicações sobre a drenagem que foi feita na via, a qual foi retirada, bem como refente aos estudos técnicos que foram realizados no local, pois isso tudo ficou muito confuso. Destacou que no ano 2020 foi feito uma drenagem na via e agora foi retirada praticamente tudo do lado direito, sendo colocado tubos no local. Também pede explicações, pois os moradores desta rua estão muito tempo esperando por uma solução, estão sofrendo, e quando chega a hora de arrumarem o problema, parece que acham mais coisas para atrasar a solução. Pede a aprovação dos demais vereadores para que possam aprovar este requerimento de informação e assim dar explicações para os moradores da mencionada via. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Informou que no mesmo sentido que sempre tratam a respeito dos requerimentos de informação, pede que seja este pedido aprovado pelos demais vereadores, porque há dúvida de um vereador e o pedido de informação serve justamente para esclarecer as dúvidas dele e também da comunidade, e isso é bem importante. Neste sentido entende que deve ser dado a maior transparência possível para que se tenham as devidas respostas. Por isso, reforça o pedido do autor do requerimento, para que este seja aprovado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Requerimento de Informação n° 27 de 2022, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 064 de 2022. Autora: Carla Odete Hofmann - Solicitando a realização de Sessão Comunitária no Auditório da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Oxford. Com a palavra a autora do requerimento, a vereadora Carla Odete Hofmann. Mencionou que na segunda-feira desta semana, foi realizado a primeira reunião itinerante comunitária no bairro Serra Alta, sendo bastante proveitosa a sessão, com grande participação da comunidade. Como já havia antecipado, a ideia é que seja realizado várias sessões itinerantes comunitárias até o final do ano, sendo uma por mês, em cada bairro da cidade. Comentou que foi procurada por um morador do bairro Rio Vermelho Povoado, o qual disse que tem interesse que uma sessão itinerante comunitária ocorra naquele bairro, onde poderá ser unido os dois bairros, Rio Vermelho Estação e Rio Vermelho Povoado. Falou que trataria disso com o vereador Paulo, para que possam realizar a sessão lá, para que o vereador contate as lideranças. A intenção é a mesma, sugere que ocorra uma sessão itinerante comunitária no bairro Oxford, sendo a mesma prevista para o dia 25 de junho de 2022, no auditório da

Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Solicitou a concordância dos demais vereadores, para que possa ser mantido essa prática de levar os trabalhos da Casa Legislativa, nos bairros da cidade, estando os vereadores mais perto da comunidade, para que possam participar trazer as demandas de cada localidade. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Requerimento n° 64 de 2022, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 065 de 2022 - Autor: Jairson Sabino - Solicitando a convocação do Senhor Maykel Roberto Laube, Secretário Municipal de Administração para prestar esclarecimentos sobre o Edital de Pregão Eletrônico nº 162/2022. Com a palavra o autor do requerimento, o vereador Jairson Sabino. Informou que o requerimento de informação é para que o Secretário de Administração seja convocado e possa vir até a Câmara de Vereadores, para dar maiores esclarecimentos sobre o edital de pregão. Disse que o secretário inclusive já se dispôs a vir até aqui, e até poderia ter retirado o requerimento, mas como o mesmo já constava na pauta preferiu manter. Por isso pede a aprovação do requerimento pelos demais vereadores. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Enfatizou ser importante a participação do Secretário de Administração na tribuna desta Casa de leis, pois assim fica registrado a explicação mais detalhada para os vereadores, e assim os munícipes também podem acompanhar. Contou que a respeito do mencionado pregão, o secretário de administração já fez algumas explicações para os vereadores, mas a sua vinda na tribuna fica registrada e assim toda a população fica mais informada, e deixa de ser restrito a apenas aos vereadores. Finalizou reforçando o pedido para que os vereadores aprovem o requerimento de informação de autoria do vereador Jairson Sabino. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Requerimento n° 65 de 2022, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 066 de 2022 - Autora: Carla Odete Hofmann - Solicitando dispensa de interstício. Com a palavra a autora do requerimento, a vereadora Carla Odete Hofmann. Ressaltou que com base no Regimento Interno, no artigo 288, solicita a dispensa de interstício para que possam levar a 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo Municipal n° 227 de 2022. Destacou que embora o projeto de lei não tenha vindo com pedido de urgência, mas em razão de algumas situações administrativas que foram explicadas pelo secretário de saúde, o qual esteve presente em uma reunião com os vereadores, entende que há essa necessidade, por se tratar de questões bastante importantes relacionadas com a secretaria de saúde. Concluiu solicitando a aprovação do requerimento pelos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Requerimento n° 66 de 2022, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Certificado de Regularidade nº 71 de 2022 da Associação São-bentense de voleibol. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que a Associação São-bentense de voleibol fez a prestação de contas alusivas ao ano de 2021, estando todas regulares, e na mesma oportunidade pede a aprovação de contas e a emissão do certificado de regularidade para exercício do ano de 2022. Por este fato, pede a aprovação dos demais vereadores, tendo em vista a importância da associação. Comentou que além disso, o esporte traz disciplina, qualidade de vida, e a aprovação desse certificado é muito importante para todos aqueles que participam da associação. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini. Destacou que conhece bem a trajetora da associação São-bentense de voleibol, e o que é mais relevante, é que são pessoas amantes do esporte voleibol, desejam ver crianças e jovens aprendendo a jogar vôlei, procurando através do voleibol serem bons cidadãos, ser uma pessoa ética, responsável, criativa, e o esporte

vem agregar na educação dessas crianças e jovens. Com a palavra o vereador Rodrigo Vargas. Destacou que se manifesta favorável a aprovação do certificado de regularidade da Associação São-bentense de Voleibol, pois sabe da importância da associação para a comunidade. Disse que a mesma é muito organizada e faz um projeto de voleibol na escola, e também faz parte deste projeto. Salientou que a empresa Oxford é a patrocinadora do projeto, e atende a algumas escolas estaduais e também já se pensa em expandir este projeto, levando para o município de Campo Alegre. Lembrou que o presidente da Associação é o senhor Sílvio Munhoz, comendador do esporte Catarinense. Por fim, disse ser favorável a aprovação do Certificado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Certificado de Regularidade n° 71 de 2022 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Certificado de Regularidade nº 72 de 2022 do Clube da Lady de São Bento do Sul. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Destacou que o Clube da Lady é um clube que presta serviços sociais para a comunidade, ajudando as pessoas mais carentes da cidade. O Clube fez a prestação de contas alusivas ao ano de 2021, estando todas regulares, e na mesma oportunidade pede a aprovação de contas e a emissão do certificado de regularidade para exercício do ano de 2022. Por este fato, pede a aprovação dos demais vereadores. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini. Enfatizou que gostaria de ressaltar o lindo trabalho que é realizado pelas integrantes do Clube da Lady na cidade de São Bento do Sul. Disse que este trabalho inspira outras mulheres a fazerem o bem e a ajudar o próximo. Nos eventos que elas realizam, sempre é possível observar uma equipe muito unida, trabalhando em prol da comunidade, apaixonadas por aquilo que fazem. Parabenizou pelo trabalho magnífico que é feito pelo Clube e disse ser totalmente favorável a aprovação do certificado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Certificado de Regularidade n° 072 de 2022 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente informou que a sessão seria suspensa pelo período de 10 minutos, para que as comissões técnicas pudessem dar o parecer no Projeto de Lei n° 227 de 2022, para que o mesmo pudesse entrar em 1ª discussão. Após o retorno dos trabalhos a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 204 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Regulamenta a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Art. 37, IX da CRFB/88, instituindo o Regime Jurídico Administrativo Especial de Trabalho Temporário. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Destacou que primeiramente gostaria de falar sobre o regime de contratação temporária, o qual tem previsão legal no artigo 37, IX da Constituição Federal, e precisa atender a alguns requisitos, atender a orientação do tribunal de contas do estado, que é não ultrapassar o limite de 20% dos funcionários concursados. Também deve atender a recomendação do Ministério Público, que é de não ultrapassar esse limite de 20%. Explicou que a lei vigente na cidade é do ano de 2009, sendo a Lei n° 2.397 que regula essa relação jurídica, não sendo um regime estatutário, não sendo também um regime puramente celetista, caracterizada pelo regime especial, mas com alguns requisitos contidos na CLT. Disse que houve algumas reformas trabalhistas recentemente a qual mexeu nessa relação jurídica e essa lei acaba deixando lacunas que estão sendo questionadas pelo Ministério Público do Estado, num inquérito civil do ano de 2011. Falou que desde o ano de 2011, tanto a prefeitura municipal, quanto a Câmara de vereadores tem respondidos as indagações feitas pelo Ministério Público, mas ao longo desses anos, nada foi feito para que isso pudesse ser resolvido definitivamente. Enfatizou que se os vereadores aprovarem esta lei solucionarão as

questões apontadas pelo Ministério Público através do inquérito civil, além de possibilitarem uma segurança jurídica maior para todas as contratações de serviços realizados por tempo determinado. Mencionou ainda, que os vereadores tiveram uma reunião com o procurador do município, Dr. Adriano, em conjunto com o secretário de administração e a Dra. Nadja, os quais vieram tratar sobre este e outros projetos, onde os vereadores saíram desta reunião com todas as dúvidas sanadas. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Projeto de Lei Executivo nº 204 de 2022, foi colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 214 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 2966, de 29 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o plano de cargos efetivos, carreira e salários dos servidores públicos municipais. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Comentou que todos nós sabemos que a administração de uma cidade é bastante dinâmica, tendo em vista, que as necessidades mudam ao longo do tempo. A última reforma administrativa que tivemos na cidade é da data de 29 de fevereiro de 2012, já faz 12 anos e dependem de readequação de alguns cargos. Na mesma reunião com o procurador Dra. Adriano, Dra. Nadja, e secretário Adriano, onde foi explicado a necessidade de adequação, extinção e a criação de alguns cargos públicos. Explicou que as alterações que estão sendo propostas é para as áreas da saúde, pasta da assistência social, da administração, da pasta de obras, agricultura, fundação cultural e do SAMAE. São mudanças no número de vagas, algumas serão criadas e outras extintas, sendo para o cargo de almoxarife alteração de 6 para 7 vagas, na assistência social de 25 para 30 vagas, cargo de enfermeiro de 40 para 45 vagas, fiscal de vigilância em saúde de 8 vagas para 10, médico auditor de 1 vaga para 2, médico generalista ESF de 15 vagas para 22, motorista de 28 vagas para 30, odontólogo endodontista de 1 vaga para 2, odontólogo periodontista de 1 vaga para 2, operador de máquinas de 5 vagas para 15, e isso se justifica diante dos maquinários que estão chegando e ainda vão chegar, tanto para a secretária de obras, como para a secretaria de agricultura. Enfatizou que essa semana a prefeitura recebeu mais uma máquina vindo do governo do estado. Comentou ainda, sobre as vagas de psicólogos, sendo ampliação de 25 vagas para 27, redução do cargo de recepcionista de 40 vagas para 15 e do cargo de técnico de informática, de 6 vagas para 8 vagas. Já na fundação cultural haverá aumento de vagas para o cargo de professor de violino, de 1 vaga para 3 vagas, devido a grande procura dessa modalidade de ensino, e a redução do cargo de recepcionista de 6 vagas para 1 vaga. No quadro do SAMAE, deve haver alteração nas vagas de analista de saneamento, de 11 vagas para 20, operador de eletricista de 2 vagas para 4, operador de ETA e ETE de 13 vagas para 16, operadores de rede de esgoto de 22 vagas para 27. Explicou que no projeto tem especificado em cada cargo a justificativa para essas alterações e que hoje foi possível os vereadores sanarem as dúvidas na reunião que tiveram. Lembrou que o impacto orçamentário vai se efetivar quando ocorrer a efetiva contratação desses servidores, não com a aprovação do projeto. Explanou ainda que o projeto tem como objetivo atender a demanda da cidade para bem atender ao povo São-bentense. Por fim pediu pela aprovação do projeto. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Projeto de Lei Executivo nº 204 de 2022, foi colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 217 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Município de São Bento do Sul a transferir, por doação, veículo para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que o projeto de lei pede a autorização para que o município possa

fazer a doação de um veículo para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina. Explicou que o veículo é do ano de 2007, trata-se de um caminhão Ford Cargo 1722 ano/modelo 2007, o qual foi equipado com bomba resgate no ano de 2009 e desde então, o Corpo de Bombeiros vem utilizando através de cessão de uso. Então agora, está sendo concedida a permissão para que ocorra a doação definitiva do veículo. Concluiu solicitando pela provação do projeto pelos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Projeto de Lei Executivo nº 217 de 2022 foi colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 218 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Município de São Bento do Sul ao repasse financeiro para o Convênio nº PMSC 40956/2017. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que este projeto de lei pede autorização do repasse financeiro, para a aquisição de uma viatura policial no valor de R$ 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscentos reais) para a Polícia Militar de Santa Catarina, através de cessão de uso. Destacou que todos sabemos que a segurança pública é uma responsabilidade do estado, mas o município sempre tem colaborado para que a Polícia Militar possa fazer um trabalho mais efetivo na cidade. Disse que este veículo é necessário para que a Polícia Militar possa ampliar sua frota e dar uma assistência mais efetiva nos atendimentos da nossa cidade, pois o policiamento ostensivo motorizado se faz necessário, para que a polícia possa dar uma resposta mais adequada a comunidade. Comentou que muitas pessoas que vivem na criminalidade tem deixado os grandes centros, se deslocando para cidades menores onde possivelmente há uma estrutura de segurança pública menor, e neste sentido, se faz necessário que o município esteja estruturado e a Polícia Militar possa bem atender a comunidade. Por isso, pede a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Projeto de Lei Executivo nº 218 de 2022 foi colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 219 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, com base em ingresso de transferência voluntária do Estado, no valor de R$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil reais), na forma especificada. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que este pedido é para a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do município, e tem como finalidade atender a infraestrutura urbana com a pavimentação das ruas Juruá, Emílio Bauer, Rosalina Bayer, Maria Bayer, Max Linzmeyer, Anita Garibaldi, Itororó, Antônio Feliciano, Otto Torres, Frederico Biner. Destacou que na 2ª discussão pedirá aos demais vereadores pela aprovação do referido projeto. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 219 de 2022, será levado a 2ª discussão, em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 220 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que este pedido se refere a abertura de crédito adicional no orçamento do município, e tem como finalidade o pagamento de uma verba indenizatória referente a licença prêmio de uma servidora municipal, em virtude sua aposentadoria. Destacou que o pagamento se faz necessário, tendo em vista que o mesmo não foi realizado até a data da aposentadoria da servidora. Comentou que na próxima discussão do projeto, solicitará a aprovação pelos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma

manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 220 de 2022, será levado a 2ª discussão, em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 221 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em repasse de recurso extraordinário do Sistema Único de Assistência Social, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), na forma especificada. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que este projeto de lei pede autorização do legislativo para a abertura de crédito adicional especial, com base no repasse de recurso do Sistema Único de Assistência Social, o qual provém de uma portaria, datada do dia 21 de fevereiro de 2022. Tratam-se de recursos extraordinários, para a finalidade de ações socioassistenciais. Destacou que na 2ª discussão do projeto, solicitará a aprovação pelos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 221 de 2022, será levado a 2ª discussão, em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 222 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, com base em repasse de recurso extraordinário do Sistema Único de Assistência Social, no valor de R$ 47.924,32 (quarenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que este projeto é semelhante ao projeto anterior, pede autorização a abrir crédito adicional no orçamento do município, é oriundo da Portaria n° 752 de 21 de fevereiro de 2022, e tem como destinação as ações assistenciais voltadas para o município. Explicou que este repasse de recurso extraordinário vem do Sistema Único de Assistência Social. E na 2ª discussão pedirá a aprovação do referido projeto aos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 222 de 2022, será levado a 2ª discussão, em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 227 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a Vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que esse projeto de lei pede a autorização do poder legislativo para a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor descrito acima. Explicou que este valor sairá da pasta da secretaria municipal de saúde, da conta do fundo municipal de saúde e vai para a conta de despesas decorrentes de contratos de terceirização, para a contratação de uma empresa jurídica a qual realizará a prestação de serviços na área da saúde. Explicou que o objetivo dessa abertura de crédito é para a contratação de serviços de uma empresa jurídica, e que os vereadores tiveram uma reunião com o secretário de saúde, Sr. Marcelo Marques, o qual explicou a necessidade da contratação de horas médico, os quais vão atender os 5 postos de saúde, sendo o bairro Centenário, Serra Alta, Cruzeiro, 25 de Julho e o Posto de Saúde Central. O atendimento desses médicos será das 08:00 até as 21:00 horas, sob demanda, o que quer dizer, que o Programa da Família ESF continuam atendendo normalmente, como sempre atenderam a comunidade, mas vai ter um médico nestes 5 postos de saúde, que vão atender por demanda, atendendo a população conforme a hora de chegada. A pessoa não precisa ser necessariamente moradora do bairro, para ser atendida naquele local, o paciente pode ser morador de outro bairro. O motivo desta contratação se justifica, pelo

fato dos processos seletivos não terem dado resultado, todos os processos ficaram sem êxito, e os médicos que haviam passado no concurso público, muitos deles, não chegaram a vir trabalhar na cidade. A contratação dessa pessoa jurídica é para suprir a necessidade de contratação de médicos na cidade, para que as pessoas possam ser atendidas nos postos de saúde e consequentemente, as pessoas não precisem ir até o hospital, quando o caso não for de urgência ou emergência. Solicitou que os vereadores possam aprovar este projeto, a fim de que venham a cumprir com a finalidade que é diminuir a espera dos munícipes, no que diz respeito ao atendimento médico. Com a palavra o vereador Hélio Alves. Parabenizou o secretário de saúde pelo projeto, e disse que o mesmo chegou, chegando, pois está a menos de 2 meses na cidade e já foi buscar medidas para diminuir os problemas existentes na saúde. Comentou que como não foi possível contratar médicos ele buscou com este projeto contratar uma empresa e acredita que com a contratação de 5 médicos para os bairros maiores da cidade, possivelmente vai resolver os problemas de filas nos postos de saúde e também no hospital. Diz até ter comentado com o Sr. Secretário sobre as filas no posto de saúde do bairro Lençol, e brincou com o mesmo que ele deve levar um médico para lá também. O secretário disse que fará um estudo para verificar a necessidade daquele bairro, avaliando a situação. Entende que com a contratação desses médicos vai agilizar os atendimentos, aliviando as filas de espera. Por isso, entende que os vereadores devem ser favoráveis a aprovação deste projeto, pois nossa saúde merece mais atenção e o povo merece mais cuidado. A população não pode ficar indo para as filas dos postos de saúde às 03:00 horas da manhã para serem atendidos, há pessoas idosas, mulheres com crianças pequenas e isso é inadmissível. Com a palavra o vereador Darlan André Guliani. Ressaltou que este projeto rendeu um bate papo acalorado e que nós temos um problema crônico na saúde em nossa cidade. Comentou que a gente sabe que a nossa atenção básica está em deficit, e isso faz com que as pessoas cheguem aos postos de saúde e não encontrem atendimento médico, e elas acabam indo até o hospital. Lembrou que o município tem contrato com o hospital, mas isso é para atendimentos de urgência e emergência, sendo as pulseiras de cores vermelha, laranja, azul. Já nos casos de pulseiras verde e amarela o paciente deveria ser atendido nos postos de saúde. Considerando que temos 3 médicos e 1 pediatra na parte de emergência no hospital, e a legislação fala que cada médico deveria atender em média 3 pacientes no período de uma hora, o que levaria em torno de 20 minutos de atendimento para cada paciente de emergência. Destacou que se chegarem 30 pacientes ao mesmo tempo buscando atendimento no hospital, 12 serão atendidos na primeira hora, 18 ficaram esperando, salvo ainda, se não tiver pessoas que chegarem em casos de maior gravidade, como atropelamento e outras coisas, pois isso tem um grau de gravidade maior e acaba desviando a atenção dos médicos plantonistas, demorando ainda mais os atendimentos. Disse que foram abertos 12 (concursos) para a contratação de médicos na cidade e na maioria das vezes muitos não vieram para a cidade. Lembrou de um caso, onde um médico da cidade do Pará, ligou num dia desses e perguntou se aqui era muito frio, e ao ser respondido que aqui estava 6° graus este desistiu e não venho, o que é um direito dele. Citou ainda que foram feitos 5 chamamento público por licitação para a contratação de médicos (ACTs), sendo necessário ser criado uma situação de emergência na resolução. Falou que no município tínhamos uma secretária de saúde a qual era contrária a contratação de empresa com CNPJ, e ela tinha os seus motivos para ser contra, uma vez que ela responde pela pasta da saúde. Agora com a vinda do novo Secretário de Saúde, este teve que se inteirar de todos os problemas existentes na saúde, os quais são crônicos e de longa data. O mesmo resolveu

criar esta situação temporária, sendo a contratação de médicos até o dia 31/12/2022, para que possam atender a população, reduzindo assim as filas nos postos de saúde. Destacou que o município abriu novo concurso público, mas trinta dias ele fica na plataforma, depois da prova tem mais trinta dias para este profissional ser chamado a trazer os documentos, e até lá já estamos no final do ano. Mas devido aos caos que se encontra a saúde, não é possível esperar até o fim do ano, no aguardo da realização e conclusão do concurso. Enfatizou que não entende esse projeto como uma terceirização, até porque para terceirizar o serviço precisa-se excluir os cargos da saúde e não crê que a saúde possa ser terceirizada, tanto que tem orçamento previsto em lei federal. Colocou que é extremamente favorável a aprovação do projeto, na tentativa de oferecer aos munícipes um atendimento um pouco mais digno dentro da área da saúde. Parabenizou o trabalho do executivo e do secretário de saúde pela tentativa de melhorar o atendimento na área da saúde. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Comentou que o secretário de saúde esteve hoje reunido com os vereadores, na tentativa de explicar o modelo de contratação de médicos que se pretende adotar no município. Explicou que o projeto que está sendo votado não deixa claro o que o governo vai fazer com este valor, isso não está no projeto. Disse não concordar com este formato de contratação, mas é óbvio que todos estão bem cientes da situação da saúde no município. Disse que reside aqui desde o ano de 1987, faz jornalismo e conversa com o povo todos os dias há mais de 20 anos, sendo sua 2ª legislatura na Câmara de Vereadores. Falou que a lógica diz que tem coisas que acontecem uma vez e podem nunca mais acontecer, mas tem coisas que quando acontecem 2 vezes, podem transformar-se em tendência. Comentou que este governo veio no ano passado, com o processo de licitação das funerárias, ou seja, a não licitação das funerárias, a qual já estava vencida, da mesma forma que estava vencida o processo e licitação para o transporte público. Entende que o serviço para a contratação das funerárias é menos complexo, mas não foi feito. O governo optou por criar um modelo de autorizações, o qual entende ser uma forma esdrúxula, mas respeita a opinião e o voto dos vereadores que aprovaram esta lei no ano passado, mas não concorda. Acredita que o governo deve fazer quilo que está na Constituição Federal, a qual prevê licitação pública. Então agora mais uma vez, vem o governo e quer deixar de fazer a licitação, com o pretexto de que já fizeram várias licitações. Acredita que devem continuar fazendo licitações. Falou que vai votar favorável ao projeto, mas vai fiscalizar para ver o que o governo vai fazer com este valor. Comentou que já falou para o secretário sobre isso, e foi um dos primeiros vereadores que esteve na sala com o secretário, foi lá cumprimentar e manifestar o seu apoio em tudo o que achar que está certo. Enfatizou que não é contra o secretário de saúde, muito pelo contrário, deseja que ele dê certo, assim como torceu e apoiou a secretária de saúde anterior. Pessoalmente acredita que a ex-secretária estava certa em preferir a licitação, pois acredita que a mesma estava trabalhando de acordo com a Constituição Federal, pois isso não é uma questão de gostar ou não do que está na Constituição ou nas leis, o que deve ser é cumprido a lei. Disse que não pode concordar com este modelo. Logo também vai vencer essa autorização que foi concedida para as funerárias. Há aproximadamente 3 meses foi feito uma licitação, mas aí veio uma funerária do Campo do Tenente colocar defeito na licitação e ela ficou embasada. O que era para ser temporário está ficando, daqui a pouco vão querer reeditar este modelo de autorização o qual não concorda, pois aí não se fala mais em licitação. Logo virá uma terceira situação onde o município não vai fazer licitação, talvez faça por outro modelo, uma contratação direta, o que acha ser extremamente perigoso, pois tem Tribunal de Contas e outras situações para os vereadores responderem. Destacou que o fato do

governo movimentar um valor dentro da pasta da saúde não é o problema, o problema é o que o governo vai fazer com este valor, o que já é outra coisa. Diz ter questionado o secretário de saúde de que forma os médicos vão registrar o ponto, e este falou que os mesmos não vão registrar o ponto, não vão passar o dedo, então de que forma vão controlar a presença dessas profissionais. Acredita que será difícil de controlar o horário desse profissional e quem vai pagar são os contribuintes, sem ter um controle das horas realizadas. Vão pagar para esses médicos e ele não vai aparecer para trabalhar lá no posto. Não sabe quanto esse modelo pode contribuir, mas torce para que contribua de alguma forma. Deixou claro que não vai aceitar que o governo deixe de fazer licitação para criar outros modelos. Falou que a ex-secretária de saúde insistiu com as ferramentas que ela tinha para fazer licitação, mas a mesma não cria cargos, não determina salários, nem melhora o salário de ninguém, assim como não pode fazer isso o atual secretário o Sr. Marcelo. Observa que ele está fazendo tudo o que pode, se empenhando para achar uma solução e achou uma forma de trazer médicos para virem trabalhar aqui, tudo isso porque, São Bento do Sul paga muito mal. Questiona qual é o problema em pagar para os médicos o salário que o mercado atual paga, porque o executivo não encaminha para a Câmara de Vereadores um projeto que vá melhorar o salário dos médicos, se este é um dos grandes problemas na cidade, motivo pelo qual eles não querem vir para cá. Falou que temos outros problemas, como a exemplo o salário dos engenheiros e outros profissionais na prefeitura que acabam não ficando na cidade ou não querem vir para cá. Eles vão para outras cidades, onde o vizinho paga melhor. Solicitou um a parte a vereadora Terezinha Maria Dybas, a qual lhe foi concedida. Informou que a gostaria de deixar claro a respeito da legalidade do projeto de lei, e disse que a Constituição Federal trás a licitação como a regra, mas diante de algumas situações específicas como é o caso de pessoa jurídica para contratação médica ela está justificada, tendo em vista as várias tentativas de contratação, seja através de concurso ou processo seletivo, os quais não obtiveram o êxito. Falou que neste sentido, a própria Constituição Federal permite a contratação de médicos com dispensa de licitação, por este fato, esclarece que essa modalidade de contratação é totalmente legal. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Explicou que não tinha dúvidas a respeito da legalidade da contratação, apenas deixa claro que não concorda que o governo queria deixar de realizar o processo de licitação para fazer outras modalidades. Pede que os demais vereadores se atendem para essa situação, para que isso não se torne uma regra, pois é a segunda vez já, logo vira regra e o governo não vai mais querer fazer licitação, com as mais diversas justificativas para fazer por forma de autorização, contratação direta ou outras formas, o que entende ser perigoso. Com a palavra o vereador Rodrigo Vargas. Disse que seu voto é favorável a aprovação do projeto, tendo em vista que o povo está precisando dos atendimentos de médicos. Entende que a população espera uma resposta, pois temos um prefeito e vice-prefeito que são médicos, e na saúde até o momento não mostraram para que vieram. Que as pessoas diziam que a cidade de Campo Largo e Mafra a saúde era ruim, mas talvez não fosse tão ruim assim. Diz que o secretário de saúde Sr. Marcelo Marques mostrou ter conhecimento muito bom em gestão e até o dia 31/12/2022 entende ser necessária esta contratação, mas que não seja feita da exceção uma regra. Pede que seja feita uma fiscalização, pois sabem que virá uma empresa que não é da Prefeitura, a qual terá seus médicos, podem até ser médicos da cidade, de Campo Alegre, mas precisam ser fiscalizados, até pela questão do ponto. Espera que as pessoas que forem responsáveis por cada unidade de saúde sejam instruídas a passarem para os vereadores, para o executivo e para o secretário da saúde, os casos de irregularidades,

para saberem se os trabalham estão devidamente fluindo, pois caso contrário, dentro de 1 a dois meses os vereadores podem dar uma resposta. Neste sentido os vereadores observaram que aprovaram uma dotação orçamentária, a qual tem um novo mecanismo e não está funcionando. Acredita que o próprio governo tem interesse que isso funcione, e por isso vai ficar em cima fiscalizando. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Disse ser favorável ao projeto e favorável pela causa, não pela forma como está sendo colocado, como expôs o vereador Jairson Sabino. Disse que a saúde vive um momento delicado algum tempo e os vereadores já participaram de várias reuniões e em nenhuma foi apresentado algo que pudesse tentar solucionar o problema. Percebe que hoje tem uma proposta de mudança e acredita que esta forma de contratação vai ajudar a amenizar os problemas. Por acreditar que dessa forma vai mudar este cenário da área da saúde, com pessoas esperando de 6 a 7 horas para serem atendidas lá no hospital, como já acontece a muito tempo se coloca favorável. Lembrou que os vereadores serão fiscais e disse que esperava mais da pasta da saúde, assim como disse o vereador Rodrigo Vargas. Disse ter falado para o próprio prefeito que esperava mais dele, em uma reunião que esteve no gabinete, pois foi uma proposta de campanha eleitoral do governo, de que a saúde da cidade seria transformada para melhor, mas não é o que tem visto. Hoje apareceu uma proposta, mas até então só era repetido o que tinha no passado. Por este fato, se diz favorável e torce para que tudo dê certo, para que mais pessoas possam estar sendo atendidas de maneira digna. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Explicou que geralmente não tem direito a voto, mas entende que sempre agiu de forma crítica nas questões que envolvem a saúde, motivo pelo qual não pode deixar de se manifestar. Disse ser necessário que os vereadores tomem um pouco de cuidado, quando forem se manifestar e fazer colocações, pois a ex-secretária de saúde nunca foi a favor ou contrária a fazer licitação, o problema dela era em saber como lidar com a situação e a forma que a coisa ia acontecer. Por isso, não se pode confundir as questões de competência com questões de legalidade. O fato é que não se conseguiu em momento nenhum aumentar o quadro de médicos e quando os vereadores conversam sobre os problemas da saúde a primeira coisa que falam é a respeito da falta de médicos. Ora, se a falta de médicos impede o atendimento dos nossos munícipes, o que devem fazer é acabar com a falta de médicos, trazendo mais médicos. De que forma podem fazer isso? É possível aumentar o salário? Sim. Explicou que o município paga em média o salário de aproximadamente R$ 14 mil reais, não se recorda o valor exato, mas acredita que seja esse a base salarial. Contou que os municípios vizinhos também enfrentam este mesmo problema, e que a cidade de Joinville que paga o valor maior de salário também enfrenta problemas com a falta de médicos. Acredita que aumentar o salário pode até ajudar, mas acredita que pagar bem o servidor público seja uma obrigação da administração pública. O médico que vir a trabalhar na cidade de São Bento do Sul vai ganhar em média o valor de 14 mil reais, tendo que pagar 1/3 de imposto de renda e outras taxas de serviço. Já se ele for trabalhar na empresa de pessoa jurídica ele não enfrente isso, ou a contratação seja de outra maneira. Acredita que a contratação na pessoa jurídica seja mais interessante para o profissional médico, interessante para a empresa que for contratada e interessante também para o município, pois é indiferente se a empresa vai ter 10, 20 ou 30 médicos, pois a gente terá na realidade das 8 as 21 horas atendimento médico nos 5 postos de saúde dos bairros. Então se a empresa tem um médico que só atende 3 horas e quer trabalhar para o município no restante do dia ele pode vir, ser contratado por esta empresa e trabalhar para o município pelo período de 3 horas. Logo, nós não poderíamos ter um profissional apenas, em uma sexta a tarde trabalhando para o município. Explicou

que é necessário os vereadores analisarem a questão de atendimento do público nos postos de saúde, e até agora não haviam visto nenhuma proposta nesse sentido. Ao seu ver, essa parece ser uma solução muito boa, diante da situação que estamos vivendo na saúde. Comentou que questionou o secretário de saúde porque este atendimento seria em apenas 5 postos de saúde. O mesmo teria explicado que há uma organização na área da saúde, onde cada pessoa se reporta a um posto de saúde, mas neste caso, uma pessoa que está com um filho doente lá no bairro Progresso, ou no bairro Lençol, ele verifica que o posto de saúde central ou do bairro Cruzeiro pode ser atendido, e chegando lá ele vai ter atendimento, conforme livre demanda. Enfatizou se isso não é uma proposta razoável de atendimento a população. A respeito da licitação, explicou que isso é um problema do prefeito, do chefe do executivo e os não se trata de uma situação em que os vereadores possam opinar, embora sempre opinem em relação a isso. Disse que isso é uma forma optativa, mas se o executivo consegue justificar isso de maneira clara, que é um estado de emergência, e a seu ver isso se trata de emergência pois a população não tem atendimento no posto de saúde. Destacou que no posto de saúde do bairro Centenário não tem médico, a moça que a ajuda em sua casa contou que faz 10 dias que o posto de saúde está sem médico, pois o que trabalhava lá se exonerou, foi embora e não tem atendimento. Caso já tivesse este modelo implementado a gente teria outro médico no dia seguinte, assim que aquele médico que atendia foi embora. Disse que pode não ser a melhor maneira de contratação, mas é a melhor maneira que o município encontrou como uma forma de saída. Parabenizou o secretário de saúde pela coragem em apresentar uma saída para o problema do município. Se vai dar tudo certo, não sabe dizer, mais acha importante tentarem e não ficarem no marasmo, como era com a secretária de saúde anterior, onde a mesma sempre se desculpava e não apresentava nenhuma solução, e nunca era observado uma proposta efetiva para a população. Solicitou um a parte o vereador Paulo Zwiefka, o qual lhe foi concedido. Disse que se colocou favorável a causa da saúde e que realmente acredita nesta proposta, mas que a empresa terá que ter muito cuidado na questão do médico estar no local, porque hoje muitos médicos de postos de saúde não aparecem no local de trabalho. Aí tem a desculpa a o “médico ficou doente, o médico teve isso, aquilo”. E isso tem acontecido por várias vezes nos postos de saúde do município, as vezes chega a ficar a unidade por 3 a 4 dias sem o médico. Espera que com a contratação da empresa possa ocorrer uma gestão mais rígida, para que o médico possa estar realmente atendendo a população, pois caso contrário, o município estará pagando por um trabalho que não estará sendo prestado. Disse que isso deve ser fiscalizado pelas pessoas que ficam lá no posto de saúde, e os médicos concursados que não aparecem com algumas justificativas e quem sofre é a população. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Disse que concorda com algumas colocações trazidas pelo vereador Paulo Zwiefka, principalmente com a necessidade da fiscalização, pois na realidade cabe aos vereadores fiscalizarem tudo no município. A exemplo do recebimento de uma caixa recebida quando a compra é feita pelo órgão publico, o fiscal da licitação deve abrir essa caixa e verificar se o que foi recebido confere com aquilo que foi comprado. O vereador deve estar próximo do posto de saúde, sendo o olho do povo que o elegeu. Disse ainda, que não gosta de pressupor que aquele profissional que vem para trabalhar, já vai começar fazendo “corpo mole”. Nessa situação, entende o seguinte que se os médicos vierem com boa vontade de trabalhar, realizando esses atendimentos, a troca do profissional pode ser mais ágil no caso da pessoa jurídica, do que no nosso atual modelo, pois se nele não trabalhar ele não vai receber. A empresa gestora também deseja receber com o trabalho deste profissional

e caso o médico não trabalhe ela não vai receber, por isso pode ocorrer a troca do profissional. Por exemplo a empresa gestora terá a função de pegar o médico A e trocar pelo médico B, substituindo o médico faltante naquele local. A ideia da pessoa jurídica é que tenha-se sempre um profissional disponível para atender, pois a empresa terá das 8 as 21 horas que se comprometer com a disponibilidade de um profissional para receber pelo trabalho, se não tiver, não irá receber. Concorda que a fiscalização é sempre necessária, dentro da atividade pública como um todo. Destacou que a questão da saúde pública é algo muito complexo, que não há saída fácil para enfrentar esses problemas, mas que é necessário, tentar algumas alternativas para que se obtenham algumas respostas. A resposta agora é essa, de forma precária, por prazo determinado, e espera que os atendimentos nos postos de saúde funcionem bem, de maneira digna, pois não é possível que as pessoas tenham que ficar de madrugada, em filas, nos dias frios, aguardando para tirar uma ficha para serem atendidos. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini. Informou que é favorável a aprovação deste projeto, pois entende que se trata de uma questão de emergência. Disse que desde que os vereadores assumiram no cargo, percebem essa situação complicada, querem ajudar, encontrar alguma solução, e essa é a saída que o executivo está apresentando. Talvez não é a melhor saída, mas disse ser importante acreditarem que a empresa que será contratada para fazer a gestão, seja uma empresa certa e responsável, e venha para mostrar o trabalho, que os profissionais que serão contratados mostrem que querem fazer sempre o melhor, pois é o nome deles que também vai estar em jogo. Como vai se tratar de uma empresa jurídica ela terá a liberdade para contratar e demitir, a hora que achar necessário, por este fato entende que se faz necessário aprovar o projeto e é favorável. Solicitou um a parte o vereador Rodrigo Vargas, e lhe foi concedido. Ressaltou que muitos dos problemas acabam refletindo (chegando) até os vereadores, pois as pessoas reclamam, informam quando não tem atendimento nos postos de saúde, e acha isso importante, pois os vereadores estão num caminho para tentar resolver essa situação, independente de partido se é posição ou oposição. Falou sobre um médico que voltou da Inglaterra, o qual lhe procurou e de imediato passou o contato desse profissional para a vereadora Terezinha, perguntando que havia algum processo seletivo aberto ou concurso, pois este profissional deseja trabalhar. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini. Enfatizou que os vereadores estão muito preocupados com está situação, pois vários munícipes vinham se queixar para os vereadores, sobre a questão da falta de médicos. Os vereadores sempre comentavam que o município precisava de médicos na cidade, então agora é a oportunidade de atendimento a comunidade. Torce para que tudo dê muito certo, e afirmou que os vereadores irão fiscalizar este projeto que será apresentado. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 221 de 2022, será levado a 2ª discussão, em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente informou que o calendário do mês referente as próximas sessões ordinárias ficaram definido na seguinte maneira: dias 4, 11, 14, 18, 25 e 28 de julho, estando todos desde já convidados a participarem. **PALAVRA LIVRE**. Fez o uso da palavra livre o vereador **PAULO ZWIEFKA.** Comentou sobre a reunião que participou na terça-feira, dia 28.06.2022, em conjunto da Sra. Presidente da Câmara de Vereadores e do Sr. Prefeito Antonio Tomazini e demais lideranças empresariais do bairro Rio Vermelho Povoado, onde foi tratado a respeito de obras de infraestrutura, como também das Ruas Alberto Torres, Carlos Muhlmann, Geraldo Vicente, Emílio Engel. Destacou que obteve um retorno positivo do Executivo e agradeceu. Relatou que o Prefeito se comprometeu com a realização de um quilometro na Rua Geraldo Vicente, e

ainda que trabalhará em um projeto de dois quilômetros na Rua Alberto Torres, e buscará recurso para concretizar a pavimentação ainda nesta gestão. Sobre a Rua Emílio Engel, alegou que foi garantido mais 600 (seiscentos) metros de pavimentação, que serão realizados onde há mais moradias, explicou, portanto que a pavimentação não continuará de onde parou. Comentou saber que haverá reclamações, mas explicou que, como não há recurso para que seja realizada toda a rua, será dado prioridade na parte em que há moradores, visto que as reclamações sempre versaram sobre a alta existência de pó. Falou que concorda com a situação da pavimentação ser feita desse modo. Comentou também sobre a calçada da Rua Augusto Klimeck, onde essa se encontra faz algum tempo sinalizada, e nada foi realizado. Comentou que é falta de acessibilidade deixar uma calçada tanto tempo sem ser arrumada, complementando ser um descaso toda essa situação. Fez o uso da palavra livre o vereador **RODRIGO VARGAS.** Comentou que na data de hoje encerrou sua passagem na Casa de Leis. Agradeceu a todos, desde o Vereador Adriano, por poder lhe substituir, ao seu partido, como também aos funcionários da Casa. Relatou esperar que tenha contribuído com a cidade nesse tempo que atuou. Destacou a entrada de duas emendas do Deputado Estadual Sílvio Dreveck, sendo uma no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil), destinados a pavimentação da Rua Osvaldo Bail no bairro Rio Negro e a outra emenda no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil) destinado à Rua Carlos Müller, no bairro Cruzeiro. Comentou ainda sobre uma viagem que realizou, ainda como suplente, para Florianópolis em companhia do vereador Sr. Adriano Reinhardt e dos vereadores de Campo Alegre, Sr. João Nilson e o Sr. Fernando Wotroba. Destacou que mesmo sendo vereadores de partidos diferentes, se apoiam, e ainda, durante a viagem, já haviam ligado para as vereadoras Sra. Carla Odete Hofmann e Sra. Terezinha Maria Dybas, relatando a entrada de uma emenda no valor R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e estas já foram na Prefeitura assinar o convenio e receber, enfatizando a união dos partidos. Agradeceu a todos novamente, pela oportunidade. Fez o uso da palavra livre o vereador **JAIRSON SABINO.** Cumprimentou os moradores da Rua Jaraguá do Sul que se fizeram presentes na sessão, buscando uma resposta para a questão da rua no Legislativo, visto que, ainda não conseguiram no Executivo. Comentou que o morador mais antigo da localidade, mora lá há 46 (quarenta seis) anos. Relatou que todos os moradores pagam seus impostos, onde alguns possuem escrituras de seu imóvel e outros contratos de compra e venda, como também todos pagam as taxas de água, luz e lixo. Comentou que quando parte da rua desmoronou, o Governo tratou a situação como invasão. Enfatizou ser imoral e desonesto com os moradores. Comentou que até o momento só se tem um laudo, realizado por um geólogo, o qual o Diretor da Defesa Civil possui posse e foi “criar caso e engrossar com os moradores”. Relatou que uma moradora cadeirante foi retirada de sua casa, no colo de um vizinho, diante do Diretor Vilmar Kravec “ir lá aterrorizar”. Agradeceu a Líder de Governo por fazer o meio de campo, indo conversar com o Prefeito e assim, este afastou o Diretor Vilmar Kravec da situação. Enfatizou que já se deveria ter sido tomada uma atitude em face da restauração da via. Informou que solicitou um relatório do SAMAE, onde foi lhe repassado que houveram 17 (dezessete) intervenções por vazamento de água no local. Frisou que além da contribuição das chuvas, houve a contribuição de água servida, por falta de tubulação pluvial adequada, o que encharcou ainda mais o morro. Solicitou, urgentemente, uma solução para essa questão. Fez o uso da palavra livre o vereador **DARLAN ANDRÉ GULIANI.** Mencionou a orquestra São Bento do Sul, essa que está com o Projeto “Orquestra na Cidade” e se apresentaram no dia 28.06. Confessou o vereador que voltaria ver o espetáculo várias vezes, novamente. Comentou que quando

chegou em São Bento do Sul, há 20 (vinte) anos atrás, onde leu na Rodoviária “São Bento do Sul, cidade dos móveis, da cultura, folclore e da música”, e no dia 28.06, lhe ficou expresso que São Bento do Sul, é sim a cidade de muitas coisas, mas principalmente da Música. Parabenizou a direção da orquestra e a Escola de Música Donaldo Ritzmann. Agradeceu pelo belo espetáculo, o qual foi memorável. Comentou um ditado que diz que “Deus é música”, onde relatou que acha que a música é a arte que mais nos aproxima de Deus, pois tem a capacidade de tocar o coração das pessoas e de tocar a alma. Comentou que gostaria que a Secretaria de Cultura olhasse sempre com carinho para com a Orquestra São Bento. Parabenizou, novamente, os envolvidos na apresentação. Fez o uso da palavra livre a vereadora **TEREZINHA MARIA DYBAS.** Comentou que foi ao residencial Santa Fé, em companhia dos representantes da EMHAB, e da Secretária de Educação e também da Secretaria de Planejamento, em virtude da dificuldade do ônibus escolar de adentrar no local, a qual já está sendo verificada para ser solucionada. Relatou que também esteve na Rua Jaraguá, mencionando a presença dos moradores na sessão, comentou que se tem a necessidade de dar uma solução para todas as famílias que moram no local. Destacou que 4 (quatro) casas foram interditadas e que essas interdições se deram devido a necessidade de se preservar as vidas. Comentou que “de nada vai adiantar uma casa, se não tiver pessoas para morar nela”, reafirmando que o objetivo maior é da preservação de vidas. Relatou torcer para que “não caia nada da rua”, mas indagou “e se cair? E no momento tiver uma família inteira no local?”. Comentou que todas as outras situações estão sendo analisadas, onde relatou haver pedidos de verbas, como também outras situações estão sendo estudadas para que assim seja dado uma solução as famílias. Destacou que no momento, a indicação de profissionais habilitados é de que não sejam colocadas máquinas no local para reestruturar a via, onde será respeitado essa informação, visto que são de pessoas capacitadas. Comentou que gostaria que tudo fosse resolvido do dia para a noite, mas destacou que a situação não é simples. Relatou ser necessário cuidado para que não sejam tomadas decisões erradas, onde quem vai pagar e sofrerão ainda mais, são os moradores do local. Comentou também sobre a reportagem que saiu na revista ISTOÉ, que a cidade de São Bento do Sul, está entre as cidades de 50 (cinquenta) mil a 200 (duzentos) mil habitantes, encontra-se em décima colocação de melhor do Brasil. Fez uma menção ao vereador Rodrigo Vargas, pelos seus 30 (trinta) dias nesta Casa de Leis e parabenizou seu trabalho. Fez o uso da palavra livre a vereadora **ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI.** Cumprimentou os moradores da Rua Jaraguá que se fazem presentes na sessão, informando que compartilha dos mesmos sentimentos que eles. Ressaltou acreditar que tudo será resolvido brevemente. Enalteceu a realização da última sessão, a qual ocorreu no bairro Serra Alta. Comentou que a população elogiou a proposta e que mencionaram se sentir prestigiados. Relatou estar empolgada com as visitas que acontecerão em outros bairros também. Destacou que naquele momento pode-se conversar com a comunidade e também que esta estava perto dos vereadores podendo apresentar assim, as suas necessidades. Parabenizou a Sra. Presidente pela iniciativa e também a equipe da Câmara de Vereadores pela organização, a qual fez essa sessão itinerante ser um sucesso. Falou também sobre o Sr. Vereador Rodrigo Vargas e o parabenizou pelo companheirismo e pelo excelente trabalho prestado. Mencionou que a “juventude, dinâmica dá um gás a mais” o que lhe empolgou ainda mais em querer ajudar a comunidade. Comentou que como vereadora sempre visa o melhor e que os vereadores unindo suas forças, conseguem ir muito mais longe. Fez o uso da palavra livre a vereadora **CARLA ODETE HOFMANN.** Se manifestou diante da situação que estão

passando os moradores da Rua Jaraguá. Relatou ser uma situação extrema e complexa. Mencionou que “A casa é melhor lugar para se viver e reunir a família da gente”, e ainda que entende a dificuldade que muitos moradores tiveram para edificar suas casas, sempre com muita luta. Relatou que cabe ao Poder Público fazer com que seja cumprida a ordem ou posição dada pelo técnico e principalmente, com que os moradores não continuem sofrendo com os problemas dos quais não foram causadores. Comentou que os problemas ali apresentados, são causados por um descaso histórico que essa cidade de São Bento do Sul tem com moradores de locais mais distantes do centro e ainda, frisou, ser um descaso criminoso diante da permissão de edificação nesses locais, visto que mencionar a fala do vereador Jairson Sabino onde diz não se tratar de invasão. Alegou que esta pessoa que permitiu deve ser buscada e responsabilizada. E enfatizou que cabe a Secretaria de Assistência Social dar a resposta que estes moradores buscam nesse momento. Relatou tem ficado estarrecida com uma nota no Jornal local, onde a Assistência Social pediu que os moradores afetados se dirijam ao CRAS de Serra Alta para pedir auxílio. Ressaltou ser dever das assistentes sociais irem até o local realizarem os atendimentos e solicitou para a Líder de Governo para que passe esse lembrete. Prestou sua solidariedade aos moradores. Parabenizou a passagem do vereador Rodrigo Vargas como suplente, como também parabenizou seu trabalho. Fez o uso da palavra livre o vereador **HÉLIO ALVES.** Cumprimentou os moradores da Rua Jaraguá do Sul. Destacou que estes esperam uma solução, mas que até agora, nada. Comentou que sua palavra na sessão de hoje seria direcionada a este assunto. Apresentou fotos do local e mencionou que esteve no período da manhã visitando a rua. Ressaltou acreditar que se tivesse uma pessoa com conhecimento na área, já tinha sido resolvida essa questão. Destacou que faltou a presença de um engenheiro, quando realizado o laudo pelo geólogo, para resolver a situação. Apresentou erros na tubulação local, as quais vem da Rua Estevão Buschle em direção a Rua Jaraguá do Sul. Comentou que foi esta tubulação que “lavou tudo lá embaixo”. Destacou que teve a descida do terreno em 30 (trinta) centímetros em alguns locais e em outros de 70 (setenta) centímetros. Comentou o que deve ser feito no local, sendo enchido com um metro e meio de terra e após serem colocados 60 (sessenta) tubos para baixo e assim, ao final, cobrir para calçar tudo. Relatou que com toda essa demora já poderia ter sido feito um lado e mexido na parte de baixo do local. Destacou que ouviu que há nascentes, porém relatou só ter visto esgoto passando. Comentou que viu o laudo que foi realizado pelo geólogo, no qual foi analisado apenas a partir da rua e da parte de cima morro. Destacou que o problema real se encontra na parte de baixo. Frisou que deve ser feito a tubulação o quanto antes, visto que a creche se encontra do outro lado e ainda, que não cairá só as casas, mas também o outro lado da rua. Ressaltou que foi perdido três semanas de sol, nas quais poderiam ter sido resolvido os problemas. Relatou que os moradores esperam uma resposta para algo que nunca chega ao fim. Não havendo mais nada a ser tratado, a sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 4 de julho de 2022, às dezenove horas e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 30 de junho de 2022.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

EAM/eam

JAIRSON SABINO
Primeiro Secretário

ÂNGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

HÉLIO ALVES

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

RODRIGO VARGAS

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI

EAM/eam